

## Rede Certific: entre a certificação de saberes adquiridos e o estímulo à escolarização?

**Lílian Escandiel Crizel**  
IFRS-Câmpus Feliz  
lilian.crizel@feliz.ifrs.edu.br

Nas sociedades contemporâneas a escolarização transformou-se em uma via de passagem obrigatória, mesmo que ainda sejam enfrentadas dificuldades de acesso e permanência na escola. Na esteira dessa exigência são pensadas políticas públicas que visam à permanência dos estudantes no sistema de ensino ou o retorno daqueles que, pelos mais diferentes motivos, interromperam os estudos, como é o caso das políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), nas suas formas presencial ou semipresencial. Além dessas, algumas ações ainda buscam o reconhecimento e a certificação de saberes adquiridos no cotidiano com o intuito também de motivar o retorno à escola.

A Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada - Rede Certific desenvolvida pelo Ministério da Educação, através da rede federal de educação profissional e tecnológica, trata-se de uma política pública que visa à

certificação de saberes adquiridos ao longo da vida. Neste sentido, ela se constitui como uma proposta alternativa e bastante diferenciada das demais que constituem o campo da EJA no Brasil, pois está mais distante da “curricularização” das demais.

Este artigo, de caráter exploratório, procura identificar algumas das bases que orientam a Rede Certific, a qual se apresenta como uma proposta diferenciada no campo da EJA, pois tem como objetivo reconhecer e certificar saberes experienciais (Cavaco, 2003).

Esta pesquisa seguiu procedimentos metodológicos qualitativos, sendo estes obtidos através de análises de documentos, tais como diretrizes e resoluções específicas sobre a Rede Certific e sobre a EJA. Foram coletadas informações sobre os institutos federais presentes no Rio Grande do Sul, buscando identificar as áreas de certificação existentes. Optou-se pela realização de um estudo de caso sobre a experiência do IFRS – Caxias do Sul. Para este estudo de caso foram lidos documentos com as orientações da ação desenvolvida e foi realizada entrevista com uma das participantes do processo sobre a implementação da ação, buscando responder as seguintes questões: quais são os princípios que orientaram a formulação do programa Rede Certific? Como ocorreu sua implementação? Como foram estabelecidos os critérios para o reconhecimento e a certificação dos saberes adquiridos ao longo da vida? Que dimensões do conhecimento foram avaliadas?

No que se refere à implementação da Rede Certific verificou-se que é necessário que haja um convênio com alguma instituição ou órgão que pode ser tanto estadual quanto municipal, o que aponta para a característica desta política pública que é o estabelecimento de redes com instituições para a viabilização da ação. No caso específico do exemplo aqui em estudo a rede estabeleceu-se entre o *campus* Caxias do Sul e a Prefeitura de Arroio do Sal, para a realização do curso Auxiliar em Cozinha. Esta rede fundamentou-se na existência de vínculos políticos entre a prefeitura do município e a direção do *campus*.

A efetivação do programa e o processo de certificação de saberes seguem tais procedimentos: 1º) Diálogos com a Equipe Multidisciplinar; 2º) Dinâmicas de Grupo; 3º)

Curso de Preparação para o Desempenho Socioprofissional; 4º) Avaliação do Desempenho Profissional; 5º) Memorial Descritivo Socioprofissional e 6º) Certificação dos Saberes ou encaminhamento para continuidade dos estudos (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos – Formação Inicial e Continuada / Proeja FIC).

Os primeiros contatos com o público foram feitos através de encontro com o objetivo de apresentar o programa aos interessados. Nesse encontro, foi explicado à população local quais os objetivos e pré-requisitos para participar, como seria o andamento do curso, a avaliação dos conhecimentos de cada um e grupos sociais a serem atendidos inicialmente. Após o diálogo, os interessados fizeram uma pré-inscrição, informando dados pessoais, além da escolaridade e da experiência profissional.

O número de pré-inscritos foi significativo e grande parte não era alfabetizado. A escolaridade era bastante heterogênea. A primeira turma formada obedeceu a critérios de escolaridade e experiência profissional para ser formada, sendo que seriam atendidas prioritariamente as pessoas analfabetas que possuíam conhecimentos na área que o curso atenderia.

Para a etapa da dinâmica de grupo foram contatados os pré-inscritos que atuavam ou já haviam atuado na área do curso oferecido. Neste momento, os interessados puderam realizar sua inscrição e conversar com a equipe multidisciplinar. Esta dinâmica de grupo consistiu em conhecer os participantes, permitir que eles falassem um pouco de si e relatassem principalmente as características de sua vida profissional.

A partir desta conversa, foi criado o perfil da turma e definidos os critérios a serem avaliados na prova prática para a certificação dos saberes. O perfil foi baseado no que os inscritos relataram saber e considerar relevante sobre a função de auxiliar em cozinha, assim procurando atender às particularidades da turma, sendo permitida através desta etapa a criação de um perfil e um método de avaliação distinto que melhor se adequasse à realidade e aos conhecimentos dos participantes a cada nova edição do curso.

A oferta de um curso de preparação para o desempenho socioprofissional visou a um processo de inserção social, não abordando nesta etapa temas especificamente relacionados ao curso auxiliar em cozinha, mas a questões gerais tais como sobre cidadania. Em uma fase seguinte, também foi feita a avaliação do desempenho profissional, através de prova prática sobre o tema da certificação.

Passada a etapa de avaliação dos saberes, a equipe multidisciplinar organizou um memorial descritivo socioprofissional sobre cada um dos participantes, relatando detalhadamente seu desempenho durante cada uma das etapas realizadas, ressaltando todas as suas conquistas, a evolução obtida em cada uma das atividades, quais as características criadas no perfil profissional que foram atendidas e, por fim, caso o participante não tenha conseguido realizar satisfatoriamente as exigências do perfil auxiliar de cozinha, foi apontado o que não conseguiu realizar e o porquê de não ter obtido êxito, levando a não-certificação do participante.

Por fim, a última etapa do processo é certificação ou o encaminhamento para a educação profissional inicial ou continuada. Se o participante demonstrar conhecimentos suficientes na área do curso, mas não tiver concluído o Ensino Fundamental, recebe a certificação e é encaminhado para o Proeja FIC, não precisando realizar a parte prática da formação continuada. Se o participante não atender aos requisitos do perfil profissional e não tiver concluído o Ensino Fundamental, é encaminhado para o Proeja FIC com o intuito de que possa ter a oportunidade de elevar sua escolaridade.

Na experiência realizada pelo *campus* Caxias do Sul nenhum participante recebeu a certificação. Diante desta realidade, mesmo não sendo um procedimento obrigatório, a equipe do *campus* decidiu estabelecer uma tática na tentativa de oferecer uma educação continuada condizente com as características desses jovens e adultos pouco escolarizados a fim de atender as suas necessidades educacionais. Para tentar compreender a melhor forma para a elaboração do planejamento de uma educação continuada que atendesse à demanda exigida pelos participantes da Rede Certific e que pudesse, de fato, ter algum impacto em suas vidas, agindo como mecanismo transformador e encorajador, a equipe multidisciplinar, juntamente com os professores

que seriam responsáveis pela alfabetização, buscou conhecer as trajetórias de vida dos participantes para desenvolver as atividades do curso pautadas por isso.

Neste momento, que consistiu em conhecer os alunos e sua história, não os vendo mais apenas como pessoas que assistem a uma aula e depois voltam para suas casas, foi possível perceber trajetórias de vida caracterizadas pela luta diária em busca do sustento. Essa iniciativa possibilitou tanto a equipe multidisciplinar quanto aos professores mudarem a forma de enxergar os alunos, fazendo adaptações que se mostrassem necessárias para o andamento das aulas.

O perfil dos participantes era de pessoas com histórias de vida marcadas por dificuldades socioeconômicas que os fizeram abandonar a escola. Quanto à idade dos jovens e adultos, um dos grupos foi composto por pessoas acima de 40 anos e o outro, por participantes mais jovens, de até 18 anos de idade. Nos dois casos, o número de evasões foi relativamente grande, o que em parte se explica pelo fato de a cidade de Arroio do Sal atrair mais habitantes durante a época de veraneio, havendo um significativo número de migrações durante os meses mais frios e menos movimentados no município.

Nenhum dos participantes da experiência do *Campus* de Caxias do Sul teve seus conhecimentos experienciais reconhecidos e certificados. Isso porque em geral eles não tinham a escolaridade mínima (Ensino Fundamental completo) e nesses casos a orientação estava voltada para o incentivo à escolarização.

Não é possível afirmar que a experiência não tenha sido válida por não terem sido realizadas certificações de saberes adquiridos ao longo da vida, pois a falta de escolarização, que gera e é gerada pela exclusão social, de alguma forma está sendo pensada por políticas públicas dessa natureza, quando um de seus objetivos é incentivar o retorno à escola por meio da valorização e reconhecimento dos saberes experienciais.

Políticas públicas que têm o intuito de valorizar os saberes já adquiridos mostram-se como inovadoras na realidade brasileira. Entretanto, esbarram em desafios, sobretudo marcados por uma cultura altamente curricularizada e escolarizada que mesmo quando atua com públicos específicos como o de jovens e adultos que já possuem muitas vezes

uma trajetória profissional consolidada não consegue se desvencilhar das práticas educacionais já instituídas.

Além disso, esbarra-se na dificuldade de estabelecer critérios para a identificação e certificação de competências, ficando-se mais centrado na posse ou não de um diploma escolar prévio.

### Referências bibliográficas:

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Institui a Lei Nacional de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/lldb.pdf>>. Acesso em: 03 mai. 2013.

CAVACO, Carmen. Fora da escola também se aprende: percursos de formação experiencial. *Educação, Sociedade & Culturas*, Porto, n. 20, p. 125-147, 2003.

PEREIRA, Luiz Augusto Caldas. COSTA, Sônia da (Orgs.). *Orientações para a implantação da Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada – Rede CERTIFIC*. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Brasília: MEC, SETEC, 2010.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 16. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.